

2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

Ata da 2ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva do Procedimento da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros

14 de novembro de 2025 | Hora: 10h00 – 11h34 | Local: Reunião em sistema de videoconferência

1. Ordem de trabalhos

No dia catorze do mês de novembro de 2025, reuniram-se os representantes dos serviços e entidades que integram a Comissão Consultiva (CC) do processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Macedo de Cavaleiros (MC), convocados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. (CCDR NORTE), nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

A reunião decorreu por videoconferência através da plataforma *Microsoft Teams*.

A presente reunião subordinou-se à seguinte Ordem de Trabalhos:

- Aprovação da ata da 1.º Reunião Plenária, realizada em 09 de março de 2023;
- Ponderação e votação final da proposta do Plano, com todo o seu conteúdo material e documental, devendo as posições manifestadas e a deliberação final serem vertidas em ata, nos termos da alínea b) do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

Simultaneamente, procedeu-se à conferência procedimental prevista no n.º 1 do artigo 11.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, por remissão da alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º.

Tendo sido convocadas a participar todas as entidades representadas na CC, estiveram presentes os representantes que estão identificados na lista de presenças anexa à presente ata. **(Anexo 1)**

2. Introdução e receção aos participantes

Pelas dez horas, e após um compasso de espera, para permitir o acesso dos representantes das várias entidades à plataforma *Microsoft Teams*, a representante da CCDR NORTE, Arq.ta Esmeralda Aragão,



como presidente desta CC, iniciou a reunião e confirmou que o número de participantes era suficiente para que se concluísse pela existência de quórum, nos termos e para os efeitos do artigo 29.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), ou seja, que se encontrava presente a maioria dos membros da CC com direito a voto.

Tendo sido convocados a participar todos as entidades representadas na CC, fizeram-se representar as seguintes entidades, a saber:

CCDR NORTE - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.;

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;

APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;

DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.;

TP - Turismo de Portugal, I.P.;

ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;

ANAC - Autoridade Nacional de Aviação Civil;

DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia;

IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana I. P.;

Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros;

Câmara Municipal de Bragança;

Câmara Municipal de Mirandela;

Património Cultural, IP.

Não participaram na reunião:

DGT - Direção-Geral do Território;

REN - Redes Energéticas Nacionais;

ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações;

ARS - Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.;

IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;

DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;

Direção-Geral do Ensino Superior;

Câmara Municipal de Mogadouro;

Câmara Municipal de Alfândega da Fé;

Câmara Municipal de Vila Flor;

Câmara Municipal de Vimioso.

A Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) informou antecipadamente que não podia participar na reunião, tendo já inserido o respetivo parecer na PCGT.

Ainda antes de iniciar a ordem de trabalhos, a presidente da CC solicitou autorização para gravar a sessão, por forma a auxiliar na elaboração da presente ata, informando que posteriormente a gravação seria eliminada. Consultados os Senhores Comissários, não se registou qualquer oposição à gravação da mesma.

Posteriormente, deu as boas-vindas a todos os presentes e lembrou o teor desta reunião, passando a palavra à Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Dra. Clementina Gemelgo, que cumprimentou os membros presentes, referindo que o novo executivo vai dar continuidade a este processo do Plano, desejando bom trabalho a todos.

O Arq.to Jorge Guerreiro, Chefe de Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, tomou a palavra referindo que a equipa vai fazer uma breve apresentação do Plano, reforçando as palavras da Sra. Vice-Presidente. Passou de seguida à apresentação dos elementos presentes na sala de Reuniões da Câmara Municipal que, além da Sr.ª Vice-Presidente, são: o Sr. Vereador Leonardo Vila Franca; a representante da Assembleia Municipal, Arq.ta Daniela Rebelo; os técnicos do Urbanismo que acompanharam a elaboração do Plano.

3. Apresentação das propostas pela Câmara Municipal

O Dr. ° Martinho Augusto, em representação da equipa do Plano, fez uma breve apresentação da proposta de Plano e de todo o trabalho desenvolvido. Interveio ainda a Eng.ª Leonor Pereira, também da equipa do Plano, para apresentar os principais pontos da Avaliação Ambiental Estratégica.

4. Apreciação pelas Entidades

De seguida, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, **“Aprovação da Ata da 1.ª reunião plenária, realizada em 09 de março de 2023”**.

A referida Ata foi previamente enviada a todos os presentes na reunião, via email, em 2 de outubro de 2025. Não havendo pronúncia e oposição das entidades presentes, ficou a Ata da 1.ª reunião plenária da CC aprovada, a ser submetida na PCGT.

Passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos **“Ponderação e votação final da proposta do Plano, com todo o seu conteúdo material e documental, devendo as posições manifestadas e a deliberação final serem vertidas em Ata”**.

Simultaneamente, procedeu-se à conferência procedimental da Reserva Ecológica Municipal (REN), prevista no n.º 1 do artigo 11.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, por remissão da alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º.

Para efeitos de ponderação e votação final da proposta de Plano e pronúncia sobre a proposta da REN, passou-se à auscultação das entidades presentes, que integram a CC, por ordem de publicação da CC.

O representante da APA, Eng.º António Santos, informou que o parecer desta entidade vai ser disponibilizado durante a próxima semana na PCGT, sendo de teor **favorável condicionado**, com algumas recomendações.

No que respeita à REN há que salientar que o Baixo Sabor tem um Programa Especial de Albufeiras em desenvolvimento, com um novo limite para o leito da Albufeira, que está disponível no Siliamb, e que difere do representado nesta REN, pelo que se recomenda que haja esta atualização, ficando à consideração do município.

Referiu que a APA tem como orientação que não são admitidas novas exclusões dado tratar-se de uma transposição.

No regulamento há também algumas sugestões de integração que vão constar no parecer. A APA conta fazer uma apreciação relativamente ao relatório ambiental, a cargo do Departamento Central, que também está em fase de finalizar a sua apreciação.

O representante do ICNF, Dr.º José Paulo Pires começou por referir que há uma evolução do Plano em relação à versão do anterior. Houve alguma adaptação às recomendações do parecer anterior, contudo, algumas das orientações não foram seguidas.

Referiu que a nível regulamentar há questões que devem ser revistas, especialmente a forma como são apresentadas as disposições relativas à Rede Natura 2000, tanto no articulado como nos anexos, há algumas questões que serão para adensar outras para aligeirar, nomeadamente nas questões da apresentação dos valores naturais, que está bastante extensivo no Anexo. Salientou que, no entender do ICNF, a subcategorizações dos espaços florestais não são as mais adequadas. Em Rede Natura 2000 deveriam ter sido contemplados os espaços florestais de conservação e não foram, foram associados espaços florestais de proteção. Há que ser consequente na subcategorização dos espaços florestais e estabelecer as devidas diferenças, a nível regulamentar.

O ICNF recomenda que nas áreas da Rede Natura 2000 seja utilizada a figura de espaços florestais de conservação.

Prosseguiu, dizendo que há duas situações que causam bastante preocupação, a UOPG da Albufeira do Azibo e a UOPG do Baixo Sabor e que a UOPG do Azibo, com cerca de 1000ha, se afigura desajustada em termos de objetivos e orientações para aquilo que são as características daquele espaço.

Referiu que a UOPG do Baixo Sabor estabelece um nível de preocupação muito elevado, porque interfere com a ZEC dos Rios Sabor e Maças, a ZPE dos Rios Sabor e Maças, em zonas em que ocorrem diversas espécies a nidificar, espécies protegidas com habitats naturais protegidos que requerem uma sensibilidade muito especial e uma atenção à proteção daqueles espaços e à minimização da intervenção, a não ser que seja para ações de restauro de habitats sempre que necessário. Considera, o ICNF, desajustado a criar uma UOPG neste espaço, embora compreenda que algumas zonas específicas têm opções, nomeadamente de recreio, que serão avaliadas noutra sede, que não esta.

Relativamente ao relatório de conformidade com a Rede Natura 2000, disse estar bem estruturado, contudo, há aspetos que não aborda e que o tornam desequilibrado, nomeadamente a questão das publicações dos Planos de Gestão das ZEC de Montesinho e de Morais, não fazendo a articulação destes novos Planos de Gestão com as disposições constantes no PDM. Não faz qualquer alusão às UOPG, o que vai contra as orientações da Rede Natura 2000.

Terminou referindo que o parecer do ICNF é **favorável condicionado**, mas é recomendável que haja uma reunião previamente à publicação deste PDM, por forma a melhorar significativamente o seu conteúdo.

O representante da IP, Eng.º Hélder Moura, expôs que o parecer é **favorável condicionado** a algumas correções que serão disponibilizadas no parecer a colocar na PCGT.

Referiu ainda que consultadas as Subconcessionárias da A4 e do IP2, a Subconcessionária do troço do IP2 alude que em alguns documentos do PDM referem a possibilidade de o IP2 atravessar uma zona suscetível de inundação, devido a precipitação excessiva, e daí poder vir a ser interrompido. A Subconcessionária deste troço do IP2, refere que essa zona é atravessada em viaduto. Solicitou ainda, à equipa do Plano ou ao município, se podem esclarecer acerca dessa situação.

Tomou a palavra o Dr. Martinho Augusto, referindo que no IP2 não há nenhuma alteração, desconhecendo essa situação que, a ser vertida no parecer da I.P., será analisada.

O representante da IP concluiu reiterando o sentido do parecer **favorável condicionado** ao esclarecimento desta situação.

Foi dada a palavra à representante da **DGADR**, Eng.^a Beatriz Paz, que iniciou cumprimentando todos os presentes, solicitando à Presidente da CC a possibilidade de submeter o parecer desta entidade até segunda-feira, dia 17.

A Presidente da CC anuiu ao pedido realizado pela DGADR.

A Eng. Beatriz Paz retomou a palavra, expondo que o parecer da DGADR é desfavorável, resumindo seguidamente o parecer:

Na planta de condicionantes as infraestruturas do aproveitamento hidroagrícola (AH), ao contrário do que se verificava na fase preliminar do Plano, deixaram de constar.

As infraestruturas do AH impõem restrições e faixas de proteção pelo que devem estar representadas na planta de condicionantes, acompanhadas da respetiva legenda.

A Câmara Municipal enviou um relatório da proposta de exclusões da RAN, que inclui exclusões na área do AH.

A proposta de exclusões vai ter repercussões na proposta de ordenamento com incidência na área do AH, portanto, as áreas que a DGADR aceitar para exclusão do AHMC poderá evidentemente acolher a proposta de ordenamento e a qualificação e classificação que a Câmara pretende. As restantes áreas que a DGADR não aceitar para exclusão do AHMC terão de permanecer em solo rústico do AH e ser classificadas como RAN nos termos do regime da Reserva Agrícola Nacional.

Na proposta de ordenamento, em resultado daquilo que fique consensualizado, considera-se que a qualificação adequada do AH em Solo Rústico, será "Espaços Agrícolas de Produção", de modo a particularizar que estas áreas têm uma especificidade diferenciada do restante espaço agrícola.

No regulamento, são identificadas algumas questões que a DGADR gostaria de ver melhoradas e corrigidas, no sentido de melhorar a leitura e o normativo na área do AH.

As infraestruturas aparecem no regulamento referenciadas como em solo urbano, quando há infraestruturas em solo rústico, pelo que a redação do artigo em causa terá de ser revista e corrigida.

Na cartografia do Plano, as Áreas a excluir do AHMC têm de ficar representadas, na Planta de Ordenamento, como proposto, de modo que fique evidenciado que são áreas que estão condicionadas ao procedimento de exclusão.

As áreas a excluir do AHMC que a DGADR aceitar como tal, tem de ter representação cartográfica nos elementos fundamentais do Plano.

A DGADR admite a representação das Áreas a excluir do AHMC na Planta de Ordenamento - Salvaguardas, desdobramento da planta de ordenamento, conforme apresentado no Plano.

Ao nível do regulamento, quando se fala das áreas a excluir deve haver a referência também ao local onde essas áreas estão representadas.

O relatório do Plano tem uma tabela das áreas a excluir do AH que deve ser reformulada de acordo com as áreas que a DGADR aceitar para excluir. Quanto à monitorização e avaliação do Plano a DGADR tomou a liberdade de dar uma sugestão, que achou que deve ser acolhida, que é a do Plano prever um indicador,

no tema da ocupação do solo, podendo ser a proporção/percentagem da área efetivamente excluída do AH durante a vigência do Plano, em relação à área a excluir do AHMC permitindo perceber a efetiva execução da proposta de ordenamento sobre as áreas do AH.

Em relação à Rede Natura 2000, parte de duas ZEC estão em área do AH. O aproveitamento é uma obra que data dos anos 90, a Rede Natura é do ano 2000. No caso de algumas normas regulamentares que estão previstas na ZEC do Romeu e na ZEC de Morais, a DGADR entende que há medidas que não podem ser proibitivas, porque contrariam as disposições do Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola, pelo que se entende que nas áreas de sobreposição com o AH, devem ser excecionadas essas proibições ou restrições.

Concluindo a síntese das razões do parecer desfavorável, a DGADR disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais para que o Plano prossiga favoravelmente.

A representante do TP, Arq.ta Henriqueta Reis, pronunciou-se informando que o parecer deste Instituto foi inserido na PCGT. Relativamente à proposta de Plano o parecer é de teor **favorável, condicionado** à retificação de pontuais questões de legalidade, de conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo (POAA) e de várias questões de cariz técnico, todas identificadas e detalhadas no parecer.

Quanto ao Relatório Ambiental (RA) o Turismo emite parecer favorável, apontando pontuais retificações. Alertou para que, considerando o vasto número de questões que ainda permanecem por corrigir ao nível do regulamento do Plano, e que se traduzem num modelo territorial para o setor do turismo com várias incongruências e omissões, em especial nas categorias de solo rústico, o parecer é condicionado ao envio de versão retificada para aferição por parte deste Instituto.

Terminou manifestando toda a disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional.

O representante da ANEPC, o Dr. Carlos Tavares, informou que o parecer já se encontra submetido na PCGT, sendo o mesmo de sentido **favorável**, deixando nota ao município que o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Macedo de Cavaleiros se encontra desatualizado, sendo a sua vigência de 2018 a 2023.

O representante da ANAC, Eng.º Luís Ferreira, informou que o parecer desta entidade é **favorável**, chamando a atenção para as zonas de proteção ao Heliporto de Macedo de Cavaleiros. Não havendo servidão constituída, a Câmara Municipal deveria propor as zonas de proteção às superfícies de aproximação e descolagem ao Heliporto, que não constam no regulamento nem na Planta de Ordenamento.

Referiu ainda que não havendo servidão constituída a zona de proteção ao Heliporto deve constar na Planta de Ordenamento.

O representante da **DGEG**, Arq.to Nuno Neves, referiu que o parecer já se encontra na PCGT, sendo de sentido **favorável condicionado**.

Salientou que a DGEG se pronuncia sobre duas áreas importantes, os recursos energéticos e os recursos geológicos. No que respeita aos recursos energéticos, existem algumas correções de nomenclatura a efetuar na planta de condicionantes.

Relativamente aos recursos geológicos, existem algumas correções a efetuar que estão todas discriminadas no nosso parecer. Referiu que há contradições e houve retrocessos relativamente à primeira proposta, nomeadamente quanto à compatibilização dos recursos geológicos com o solo rústico, disponibilizando-se para esclarecimentos adicionais se necessário.

A representante do **IHRU**, Arq.ta Maria Teresa Lima, pronunciou-se informando que o parecer é de sentido **favorável**.

O representante do **Município de Bragança**, Eng.º Rui Martins, informou que o parecer da Câmara Municipal é de sentido **favorável**. Aproveitou para parabenizar o Município e a Equipa do plano pelo trabalho efetuado.

A representante do **Município Mirandela**, Dra. Maria Gouveia, transmitiu que o parecer é **favorável**.

As representantes do **Património Cultural, I.P.**, Dra. Cláudia Manso e Arq.ta Patrícia Zimbarra, expuseram o seu parecer de sentido **favorável condicionado**, já inserido na PCGT.

A Dra. Cláudia Manso cumprimentou todos os presentes, reforçando o sentido de parecer favorável condicionado a pequenas alterações.

No que diz respeito à componente do património arqueológico, referiu que o processo está bem encaminhado, havendo algumas condicionantes a apontar:

No regulamento do Plano, propõe-se uma nova redação do n.º 1 do artigo 71.º.

No Anexo V do regulamento do Plano, devem estar listados todos arqueossítios que se encontram registados no SI-Endovélico e completar o campo relativo ao Código Nacional de Sítios de alguns dos arqueossítios não previstos.

Ainda nas peças escritas, e havendo a Carta Arqueológica de Macedo de Cavaleiros efetuada, considera-se que devem ser feitas correções e atualizações.

A legenda da peça gráfica deve proceder à identificação de todos os sítios arqueológicos que estão representados na própria cartografia de referência.

Por último, relativamente à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), o RA tem igualmente a aprovação condicionada a correções que podem ser efetuadas de acordo com o vertido no parecer.

A Arq.ta Patrícia Zimbarra começou por salientar o sentido favorável condicionado do parecer, reforçando a deficiente caracterização do património cultural, refletindo-se no RA e no relatório da proposta. O levantamento fotográfico também é inexistente, fragilizando no conjunto estes elementos. Quanto ao regulamento há a necessidade de melhorar o enquadramento do património cultural num capítulo mais claro e dedicado, lembrando que o conceito de património é vasto e não se restringe ao património cultural. No Anexo VI do Património Arquitetónico deverá ser feita uma hierarquização.

Na cartografia, considera-se que há aspetos a melhorar e outros a corrigir, nomeadamente a correspondência do assinalado na planta com a legenda.

Por último, a representante da **CCDR NORTE** explicitou o teor do parecer favorável condicionado desta entidade, referindo que o parecer engloba várias temáticas, que vão ser apresentadas sucintamente pelos colegas que se pronunciaram sobre a REN, sobre a RAN, sobre a AAE e sobre o Plano na sua globalidade. Tratando-se de um parecer extenso focaram-se algumas questões fundamentais, que serão todas elas sistematizadas e pormenorizadas no parecer a submeter na PCGT.

Foi dada nota que houve uma evolução significativa desde a proposta inicial do Plano até à agora apresentada, no que concerne à delimitação dos perímetros, havendo um equilíbrio na distribuição pelas categorias na qualificação do solo, tanto no solo rústico como no solo urbano.

Salientou que há muito trabalho a desenvolver ao nível do regulamento e do próprio relatório do Plano, havendo no parecer observações e reparos sobre questões de legalidade, que importa sanar.

Ao nível da programação, da execução, e da sustentabilidade económica do Plano, há áreas previstas a programar que devem ser devidamente fundamentadas, a título de exemplo a UOPG2, pela sua dimensão e localização.

Seguidamente passou a palavra à colega responsável pela análise da REN, a Dra. Fernanda Neves, que cumprimentou todos os presentes.

Começou por explicar tratar-se de uma alteração à REN ao abrigo do artigo 16º do RJREN, que se traduz numa transposição da REN em vigor para a nova cartografia de base. Não havendo a figura da transposição no RJREN, estamos perante uma alteração e, nesse âmbito, trata-se de um pequeno ajuste das tipologias, em particular dos cursos de água, havendo também alteração ao nível das exclusões.

Deu nota do parecer favorável, condicionado à reformulação de um conjunto de situações que já tinham sido remetidas ao município, via email, em agosto do corrente ano.

Foi solicitada a reformulação da memória descritiva, que deve ser complementada com uma análise comparativa entre o que está em vigor e aquilo que vai passar a vigorar. Deverá também existir um segundo capítulo relativo às exclusões.

No que concerne às exclusões, elas são todas aceites pela CCDR NORTE com exceção da exclusão C59, que respeita a um RERAE que ainda não tem conferência decisória.

Referiu que a publicação da Carta da REN é da exclusiva responsabilidade da CCDR NORTE, pelo que o Município deve apresentar os ficheiros finais e a renumeração das exclusões, após a discussão pública.

No que concerne à transposição da REN para as restantes plantas do PDM, a opção da Câmara Municipal foi não colocar a REN na planta de condicionantes gerais, apresentando uma planta exclusiva para a reserva ecológica (Planta 2.2). Esta planta deve distinguir os cursos de água REN dos cursos de água que pertencem exclusivamente ao domínio hídrico. No que concerne à Estrutura Ecológica Municipal alertou para o facto de, depois da REN estar completamente estabilizada, dever integrar as exclusões do tipo E, que, ao contrário das exclusões do tipo C, fazem parte da Estrutura Ecológica Municipal.

A versão da CAOP deverá ser constante, nomeadamente no vertido nas peças escritas da REN.

Referiu que a CCDR NORTE está disponível para qualquer esclarecimento e eventuais reuniões que possam vir a ser necessárias.

Seguidamente, tomou a palavra o Dr. Pedro Costa, que acompanhou o dossier da Reserva Agrícola Nacional (RAN), cumprimentando todos os presentes e informando que a RAN final já foi validada em julho de 2025 e está corretamente representada na Planta de Condicionantes. Referiu haver algumas sugestões ao regulamento, nomeadamente no que diz respeito às áreas máximas de implantação de estabelecimentos de venda e transformação de produtos agrícolas.

Salientou que, face parecer da DGADR, posteriormente terá de ser feito um aditamento à RAN porque as áreas que não forem classificadas como solo urbano terão de ser integradas na RAN.

Mostrou-se disponível para, após discussão pública, avaliar todas as participações.

Tomando novamente a palavra, a representante da CCDR NORTE, Arq.ta Esmeralda Aragão, referiu que, que não estando presente a colega que analisou a AAE, este parecer será incorporado no parecer da CCDR NORTE.

Deu nota que, face aos pareceres emitidos e explanados pelas entidades presentes, o município tem ainda trabalho a executar previamente à Discussão Pública.

Referiu que no prazo de quinze dias úteis, a CCDR NORTE emitirá o parecer final, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 85.º do RJIGT.

A Ata da reunião será enviada durante a próxima semana para que os Srs. Comissários possam apresentar sugestões de alteração no prazo de cinco dias úteis, findo o qual, não havendo sugestões e/ou correções, considera-se existir concordância com a mesma. Com a aprovação da presente Ata e a sua submissão na PCGT, extingue-se a CC.

Tomou a palavra a Sr.ª Eng.ª Helena Pinheiro, chefe da Estrutura Sub-regional de Bragança, reforçando que o parecer favorável condicionado da CCDR NORTE se prende com os aspetos elencados e com a

correção, em momento antecedente ao da discussão pública, dos aspetos legais e regulamentares elencados ao longo do parecer.

Solicitou ainda, às entidades presentes com competência sobre a matéria, para se pronunciarem sobre a REN por forma a ser aprovada.

Tomou a palavra o representante da APA, Eng. António Santos, salientando o parecer **favorável condicionado** da APA à REN. Tratando-se a REN de uma transposição, a APA não aceita novas exclusões.

O representante da ANEPC, o Dr. ° Carlos Tavares, reiterou que o parecer desta entidade é **favorável**.

A Dra. Fernanda Neves tomou a palavra, referindo haver necessidade de ser realizada uma conferência decisória com a APA e com o município.

A REN foi aprovada com parecer de sentido **favorável condicionado**, pelas entidades com competência sobre a matéria.

5. Conclusão

A presidente da CC informou que a CCDR NORTE emitirá o Parecer Final à proposta de Plano, dentro de 15 dias, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.85.º do RJIT, a disponibilizar na PCGT, acompanhado da presente Ata, conforme disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

A Ata vai ser enviada, para que todos os Srs. Comissários possam apresentar sugestões de alteração até cinco dias úteis, findo esse prazo, não havendo sugestões, considera-se existir concordância com a mesma. Com a aprovação da presente Ata e a sua submissão na PCGT, extingue-se a CC.

Nada mais havendo a acrescentar, foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, que agradeceu os contributos de todos os presentes, referindo que o município está recetivo à resolução das questões que aqui foram apresentadas, terminando com um agradecimento a todos os presentes.

Concluídos os trabalhos, foi dada por encerrada a 2.ª reunião plenária da CC do processo de 2ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, pelas onze horas e trinta e quatro minutos.

Bragança, 4 de dezembro, de 2025













Anexo 1

Lista de Presenças

Entidades/Serviços	Representantes	Contactos
Comissão de coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. (CCDR NORTE)	Helena Pinheiro Esmeralda Aragão Fernanda Neves Pedro Costa Gonçalo Alves	helena.pinheiro@ccdr-n.pt esmeralda.aragao@ccdr-n.pt fernanda.neves@ccdr-n.pt jpedro.costa@ccdr-n.pt goncalo.alves@ccdr-n.pt
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	António Santos	antonio.osantos@apambiente.pt
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	José Paulo Pires José Luís Ribeiro	jose.pires@icnf.pt jose.luis.ribeiro@icnf.pt
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)	Beatriz Paz Carla Santos	beatrizpaz@dgadr.pt cssantos@dgadr.pt
Infraestruturas de Portugal (IP)	Hélder Moura	helder.moura@infraestruturasdeportugal.pt
Turismo de Portugal	Henriqueta Reis	henriqueta.reis@turismodeportugal.pt
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	Carlos Tavares	c.tavares@prociv.pt
Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC)	Luís Ferreira	luis.ferreira@anac.pt
Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)	Nuno Neves	nuno.neves@dgeg.gov.pt
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana I.P. (IHUR)	Maria Teresa Lima	malima@ihru.pt
Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros	Daniela Rebelo	
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros	Jorge Guerreiro Sandra Abrunhosa Clementina Gemelgo Leonardo Vila Franca	jorge.guerreiro@cm-macedodecavaleiros.pt sandra.abrunhosa@cm-macedodecavaleiros.pt clementinagemelgo@cm-macedodecavaleiros.pt leonardovilafranca@cm-macedodecavaleiros.pt
Câmara Municipal de Bragança	Rui Martins	rui.martins@cm-braganca.pt
Câmara Municipal de Mirandela	Maria Gouveia	mariagouveia@cm-mirandela.pt
Património Cultural, I.P.	Patrícia Zimbarra Cláudia Manso	pzimbarra@patrimoniocultural.gov.pt claudiamanso@patrimoniocultural.gov.pt
Assessoria/Equipa Técnica (GIPP)	Martinho Augusto	martinho.gipp@gmail.com

Anexo 2 - Pareceres constantes da PCGT referentes às entidades da CC.

Parecer:

ficheiro	Tamanho	Criado	Autor
 parecer_anacom_macedo_de_cavaleiros_signed.pdf	371.54 KB	07/10/2025 - 13:49	Ricardo Gameiro
 parecerdgt_s-dgt-2025-4529_pdm_macedo_de_cavaleiros_revisao_pcg_678_ex-190.pdf	251.46 KB	21/10/2025 - 09:04	Sofia Miranda
 gp6908_parecer_pcip_rev_pdm_macedocavaleiros.pdf	1.85 MB	10/11/2025 - 07:57	C_MANSO
 dg-805-sigo-25_parecer_dgeg_-_pdm_macedo_de_cavaleiros_nov2025_signed.pdf	634.24 KB	10/11/2025 - 15:30	Nuno Neves
 tdp_parecer_pdm_macedocavaleiros_pfinal_13nov2025.pdf	618.56 KB	14/11/2025 - 09:36	Henriqueta Reis
 parecer_anepc_14112025.pdf	2.42 MB	14/11/2025 - 09:47	Carlos Tavares
 parecer_dgadr_s04886_202511_of.zip	3.23 MB	17/11/2025 - 10:38	Beatriz Paz
 ren_macedoc_v6_v3_excl_2025.11_2cc_ccdrn.pdf	427.34 KB	18/11/2025 - 15:04	Esmeralda Aragão
 pdm-macedo_cavaleiros_parecer_ip_2a_reuniao_plenaria.pdf	487.78 KB	18/11/2025 - 17:08	hmoura
 parecer_ccdr_norte_pdmnc_signed.pdf	2.46 MB	18/11/2025 - 17:18	Esmeralda Aragão
 s-037379_2025_parecer_icnf_signed.pdf	1.12 MB	21/11/2025 - 17:12	jose.pires
 s066547-202511-arhn_dpi.pdf	293.89 KB	24/11/2025 - 17:58	António Santos